



Entrevista: Marcelo Pelizzoli

Extensão participativa: instrumento de promoção da cidadania

por

Ângela Camana

Universidade Federal do Rio Grande do Sul| Brasil
angela.camana@hotmail.com

Débora Gallas Steigleder

Universidade Federal do Rio Grande do Sul| Brasil
deboragallas@gmail.com

Eliege Maria Fante

Universidade Federal do Rio Grande do Sul| Brasil
eliege_f@yahoo.com.br

Resumo

Marcelo Pelizzoli é graduado em Filosofia, especialista em Ciência Política, mestre em Antropologia Filosófica, doutor em Filosofia e possui pós-doutorado em Bioética. É professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nas áreas de Ética Prática, Saúde Coletiva (PICS), Direitos Humanos (Conflitos, Justiça Restaurativa). Integra o Grupo de Ciência e Cultura de Paz e a Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara da UFPE. O professor acumula a coordenação do Espaço de Diálogo e Reparação da UFPE e do Núcleo de Justiça Restaurativa de Pernambuco. Realiza atividades de extensão na área de Direitos Humanos e Cidadania. A seguir, ele conta os resultados colhidos junto aos sujeitos participantes das práticas e apresenta o desenvolvimento da pesquisa na área.

Palavras-chave

Extensão, Ciência, Cultura de Paz, Cidadania.



Partindo da sua trajetória no Grupo de Ciência e Cultura de Paz, da Universidade Federal de Pernambuco, em que medida a extensão universitária pode ser encarada como uma ferramenta para a promoção da cidadania?

Temos investido forte na extensão na área de Direitos Humanos e Cidadania. Como exemplo, temos os órgãos de que participo (Espaço de Diálogo e Reparação – ligado à Comissão de Ética; Mestrado em Direitos Humanos; Programa de Cultura de Paz; Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara), com atuação não apenas acadêmica em ensino e pesquisa, mas também em escolas, presídios, Judiciário, e que realizam outras atividades de extensão abertas para a comunidade em geral. Uma extensão comprometida com o social, participativa, que empodere as pessoas e empolgue os envolvidos, pode ser um instrumento importante para a promoção da cidadania. As práticas restaurativas que temos feito nesse âmbito têm se mostrado ferramentas eficazes para ajudar nos aspectos de violência e conflitos nas instituições. A autoridade do pesquisador e professor, desde seu saber, une-se aos saberes populares para responder às demandas cruciais das comunidades, dentre elas, o fortalecimento de uma cultura de pacificação e valorização do ser humano. Nesse sentido, também precisamos pensar em rede, como atores em conexão para a mudança social.

Seu trabalho com detentos parte do paradigma da Justiça Restaurativa. Qual a contribuição da comunicação no processo de mediação de conflitos?

A comunicação em grupo e entre as pessoas ocorre em mais de um nível. O primeiro e, por vezes, superficial, é o informativo, ou aquele em que se repassam os conteúdos a alguém. O segundo é aquele nível que toca em dimensões importantes e fala *para* e *com* a vida das pessoas. O terceiro nível toca emocionalmente, dentro de aspectos de partilha de grupo, envolvendo sofrimentos e dores vividas por nós. Ligado a este, temos um nível que ocorre no campo energético (ou mórfico, segundo Rupert Sheldrake ou as constelações familiares). Temos usado a comunicação nesses aspectos ampliados, não tanto focando os conflitos específicos no caso do presídio, mas a vida, que já é eivada de conflitos pessoais e interpessoais, assim como o sistema social injusto. Se trabalharmos com as bases mental, volitiva, racional e emocional da pessoa, naturalmente, criaremos um ambiente em que os conflitos serão resolvidos de modo

acessível; resgataremos a base afetiva dos indivíduos em grupo, bem como aspectos de equilíbrio mental em ambientes difíceis – daí o estímulo à resiliência –, e teremos, assim, uma base para atuar sobre as dificuldades. A partir disso, tivemos vários relatos de presos que mudaram seu comportamento de modo substancial.

Que práticas adota para engajar os sujeitos e estabelecer uma comunicação não violenta?

Os cursos, aulas, oficinas e demais ações que tenho realizado (e estimulado a minha equipe a fazer igualmente) partem da dimensão sistêmica e holística da educação e do humano, o que implica a busca de incorporação do aprendizado. Isso significa que preciso, em geral, utilizar, além dos aspectos de argumentação racional e técnica, aspectos práticos, os quais se traduzem como vivências de várias ordens. Elas se compõem de práticas de contato inter-humano, do uso dos sentidos esquecidos, do uso de processos meditativos, da visualização e atenção plena, os quais trabalham com aspectos mentais. De igual modo, utilizo histórias significativas e histórias de vida que mobilizam emoções e, também, elementos de constelação familiar, para atuar sobre os problemas ligados à família e heranças da ancestralidade. Usamos, inclusive, movimentos corporais e relacionais, nessa busca por corporeidade do conhecimento. No aspecto comunicacional propriamente dito, as ações/cursos operam com experimentações de falas e escutas, bem como verificação dos modos de comunicação dos participantes. É um processo mais concreto e vivencial para além de “despejar conteúdos” sobre os alunos.

As experiências de extensão do Grupo de Ciência e Cultura de Paz apresentam resultados na integração e na participação dos sujeitos envolvidos. Na sua avaliação, como a atividade de pesquisa pode trazer complementaridade a esse processo?

Em geral é mais fácil – pelo menos para meus grupos de atuação – identificar resultados e aspectos de humanização/ressocialização de modo empírico e direto na experiência com os sujeitos envolvidos. Não obstante, estamos buscando investir mais na pesquisa social e qualitativa com resultados científicos, o que é um trabalho árduo e que ainda se inicia no campo da Justiça Restaurativa no país, tanto quanto no campo das



Práticas Integrativas em Saúde, as quais também utilizamos. A pesquisa pode estimular tanto novos pesquisadores quanto novas visões para as ações utilizadas. Pode ajudar a referenciar os experimentos metodológicos multifacetados que temos utilizado, por exemplo, meditação com constelações familiares, com círculos de diálogo, etc. A pesquisa é importante, também, como balizadora de fundamentos e resultados específicos colhidos em locais e públicos diferentes. E é importante, igualmente, à divulgação de ações tão significativas no âmbito social.

Em que se constitui a paz e como está relacionada à aproximação com o outro?

A paz contempla várias dimensões. A que opera mais com as emoções e a vida mental do sujeito é a que se chama de *paz interior*, ligada certamente à paz nas relações, criação de laços de afetividade e conexão. E há as dimensões da paz, como a ambiental, a política, a econômica, a comunitária, a cultural etc. A paz não significa ausência de conflitos e diferenças; representa o fato de poder lidar com isso de forma democrática, respeitosa, assimilando os conflitos. De igual modo, os conflitos não são apenas negativos, mas podem ser positivos, quando levados em consideração aspectos de crescimento e mudança da estagnação. Nesse sentido, “a vida é conflito” e crescimento. Há também conflitos neutros que não são dolorosos tanto quanto os negativos e nem levam ao crescimento e aprendizado.

A paz exige uma aceitação de si e, assim, do outro em suas fragilidades e valores positivos, que podem estar escondidos por trás dos comportamentos negativos e antiéticos. Na verdade, o *Eu* só se constrói em relação e frente às diferenças do *Outro*. A diferença nos constitui, e precisamos do outro para nos reconhecermos como humanos e participantes de grupos e redes, como conjunto de relações de que somos integrantes.

Em que sentido ocorre a emergência de um paradigma bioético, e de que forma é possível aplicá-lo à interdisciplinaridade?

Paradigma bioético diz respeito a uma visão tanto de percepção de fundamentos e teorias sobre a vida quanto de *valores*, os quais apontam para uma compreensão sistêmica e autoprodutiva da vida. Tem a ver, no atual contexto, com o surgimento de respostas sociais ou inteligências coletivas diante das crises nas quais vivemos. São respostas, por exemplo, como a luta ambiental, a luta pelos direitos humanos, pela

dignidade da pessoa humana, pela manutenção da essência humana diante dos abusos da biotecnologia, além de todo o resgate de direitos na saúde e do empoderamento dos sujeitos diante do sistema medicalizante. A Bioética, bem como toda a discussão sobre paradigmas, tem caráter reflexivo, crítico e *multi-inter-transdisciplinar*. Para a realização de uma ação bioética, precisa-se de uma visão e de uma motivação em prol da vida, de uma ética da vida, que assume o resgate da Terra e dos seres humanos em sofrimento.

Em tempos de crises e incertezas, quando posições políticas se acirram e emoções são postas à prova, como manter uma perspectiva de paz? No mesmo sentido, é possível haver uma mediação que fortaleça a alteridade?

As brigas políticas, bem como quase todos os conflitos, provêm de uma dimensão gerada nas subjetividades e nas relações humanas. Num quadro de neuroses coletivas evidentes, distanciamento com a vida simples, com a natureza, com o contato humano real, com ambientes de paz, com um trabalho digno e lazer suficiente etc., torna-se muito difícil manter a paz. O ambiente emocional das pessoas está à flor da pele, e é justamente nesses momentos que os processos de pacificação, que abrangem o dentro e o fora, são essenciais. Os conflitos são, também, uma resposta – em geral, dirigida de forma errônea – a esse estado tenso de coisas e relações.

A alteridade é o grande desafio da paz, que pressupõe a justiça, o cuidado de si e do outro, uma certa estabilidade mental e relacional. A alteridade é a característica própria do outro ser outro, que tem o direito de ser diferente. Somos iguais e diferentes ao mesmo tempo. Somos alteridade para nós mesmos, e se não nos aceitarmos e compreendermos nossas sombras e conflitos, não poderemos nos relacionar bem com os outros e com o mundo.

Fala-se muito, hoje, em paz, porque saltam aos olhos as dimensões da violência que tocam a sensibilidade humana. É o momento oportuno e urgente para atuar com a pacificação. Todos os mecanismos psicossociais que possam contribuir para tal devem ser utilizados, tais como os círculos de diálogo, a arte, o Teatro do Oprimido, várias formas de meditação, educação crítica, formas terapêuticas coletivas como as terapias comunitárias, práticas integrativas em saúde, práticas restaurativas, associações e coletivos. E muitas outras formas para além das pautas tradicionais da luta política necessária.



Sobre as autoras:

Ângela Camana

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015) e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma universidade (2012). Atualmente, cursa também o bacharelado em Ciências Sociais na UFRGS. É membro dos grupos de pesquisa TEMAS - Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (<http://www.ufrgs.br/temas/>) e Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (<http://jornalismoemeioambiente.com>).

Débora Gallas Steigleder

Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015) e graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela mesma universidade (2012). É membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (<http://jornalismoemeioambiente.com>).

Eliege Maria Fante

Doutoranda em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e graduada em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo (2001). Integra o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS) e é colaboradora voluntária na EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais (www.ecoagencia.com.br). É membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (<http://jornalismoemeioambiente.com/>).